

Usos e desusos dos parques urbanos: um panorama sobre suas origens, tipos e usos

Uses and disuses of urban parks: an overview of its origins, types and uses

Usos y desuso de parques urbanos: una visión general de sus orígenes, tipos y usos.

Daniela de Paula

Mestre em Arquitetura, UFES, Brasil
dpaula.vit@gmail.com

Karla do Carmo Caser

Professora Doutora, UFES, Brasil
karlacaser@gmail.com

**RESUMO**

A partir dos anos 1970/ 1980, o declínio e o esvaziamento dos espaços livres públicos e o surgimento de novas opções de lazer dotadas de conforto e segurança passam a ser comuns nas cidades. Por outro lado, pesquisas recentes têm evidenciado a vitalidade de praças e parques públicos nos quais intervenções físicas associadas a atividades promovidas pelos movimentos populares tem contribuído para o resgate do uso desses espaços. Este artigo se fundamenta na importância dos espaços livres de lazer, especialmente dos parques urbanos, para a melhoria do ambiente urbano e da qualidade de vida da população. No intuito de contribuir para o debate das reflexões teóricas relacionadas ao tema: espaços públicos e seus usos, este artigo aborda os usos e desusos de parques urbanos, trazendo temáticas relacionadas a seus conceitos, tipologias, origem e evolução. Buscou-se relacionar a literatura que trata do histórico de parques e da identificação de fases de declínio de uso e de renascimento dos parques no mundo e no Brasil. Ao longo da história, os parques surgiram como soluções para os problemas de cada momento histórico. Neste sentido, o conhecimento da sua história contribui para o entendimento das transformações econômicas e sociais ocorridas ao longo dos anos, que se reflete no modo de se dispor dos espaços e de usufruí-los.

PALAVRAS-CHAVE: Parques Urbanos. Evolução. Usos e desusos.

ABSTRACT

Since the 1970s and 1980s, the emptying of public spaces and the emergence of new comfortable and safe leisure options have become usual in cities. On the other hand, recent researches has shown the vitality of public squares and parks in which physical interventions associated with activities promoted by popular movements have contributed to the vitality of the parks and squares and its recue of use. This study is based on the importance of open spaces for leisure, especially urban parks, to improve the urban environment and the population's life quality. In order to contribute to the debate of theoretical reflections related to the theme: public spaces and their uses, this article addresses the uses and disuse of urban parks, bringing up themes related to their concepts, typologies, origin and evolution. Sought to relate the literature that deals with the history of parks and the identification of phases of declining use and revival of parks in the world and in Brazil. Throughout history, parks have emerged as solutions to the problems of each historic moment. In this sense, the knowledge of its history contributes to the understanding of the economic and social transformations that have occurred over the years, reflected in the way of disposing of the spaces and using them.

KEYWORDS: Parks. Urban parks. Evolution. Uses and disuses.

RESUMEN

A partir de los años setenta e ochenta, el declive y el vaciado de los espacios públicos abiertos y la aparición de nuevas opciones de ocio dotadas de confort y seguridad se hicieron comunes em las ciudades. Por otro lado, investigaciones recientes han demostrado la vitalidad de las plazas y parques públicos em los que las intervenciones físicas asociadas con actividades promovidas por los movimientos populares han contribuido al rescate del uso de estos espacios. Este artículo se basa em la importancia de los espacios de ocio gratuitos, especialmente los parques urbanos, para la mejora del entorno urbano y la calidad de vida de la población. Para contribuir al debate de las reflexiones teóricas relacionadas con el tema: los espacios públicos y sus usos, este artículo aborda los usos y el desuso de los parques urbanos, trayendo temas relacionados con sus conceptos, tipologías, origen y evolución. Intentamos relacionar la literatura que trata sobre la historia de los parques y la identificación de las fases de disminución en el uso y reactivación de parques em el mundo y em Brasil. A lo largo de la historia, los parques han surgido como soluciones a los problemas de cada momento histórico. En este sentido, el conocimiento de su historia contribuye a la comprensión de las transformaciones económicas y sociales que se han producido a lo largo de los años, lo que se refleja en la forma de tener espacios y disfrutarlos.

PALABRAS CLAVE: Parques urbanos. Evolución. Usos y desuso.

1 INTRODUÇÃO

Parques sempre fizeram parte da história das civilizações, enquanto locais de contato com a natureza como no caso dos parques de caça assírios. Na França de Haussmann, os parques junto com os *boulevares*, ajudaram a criar um novo conceito de cidade e de civilização. No continente americano, não ocorreu de maneira diferente; o Central Park de Olmsted, criado em área pantanosa na Ilha de Manhattan, mudou a maneira como passamos a pensar as cidades, que passa a ser através da estreita ligação entre edificações e áreas livres. Também no Brasil, o Passeio Público, primeiro parque urbano, foi resultado do aterro de uma área alagadiça, num momento em que a cidade estava buscando melhorar as condições sanitárias e expandir sua área edificada (SEGAWA, 1996).

A partir dos anos 1960, diversas pesquisas passam a enfatizar a importância dos espaços livres e de seu uso como fundamental à sobrevivência da própria cidade. No Brasil, Oliveira e Mascaró (2007) destacam que os espaços livres tem a função de melhorar a qualidade ambiental das cidades pois, por meio da vegetação existente, amenizam a temperatura, aumentam a umidade do ar, absorvem poluentes, ou seja, influenciam no microclima, além de incrementar a biodiversidade. Além disso, contribuem também para a socialização dos indivíduos ao suprir as necessidades básicas de convivência, recreação e lazer: “[...] acontecimento de práticas sociais, momentos de lazer, encontros ao ar livre e manifestações de vida urbana e comunitária, [...]” (OLIVEIRA; MASCARÓ, 2007, p. 60). Chiesura (2004), em *The role of urban parks for the sustainable city*, reforça as propriedades psicológicas benéficas proporcionadas pelo contato com áreas livres e a natureza presentes nos parques urbanos, ao citar pesquisas que enfatizam os benefícios destes espaços para a saúde: redução do stress (ULRICH, 1981), sensação de paz e tranquilidade (KAPLAN, 1983), relaxamento e redução de comportamentos agressivos (KUO et al., 1998) e domínio de experiência ativa proporcionando um sentimento de desafio, privacidade e intimidade (COLEY et al., 1997). Enfim, os parques urbanos são capazes de proporcionar inúmeros benefícios, sejam eles: ambientais, sociais, físicos e psicológicos.

A importância dos parques para a vida urbana é evidenciada no momento atual, quando cidades começam a retomar as atividades pós-isolamento. O que vemos é uma corrida das pessoas para os parques. Urbanistas e pesquisadores já começam a se questionar como será essa retomada, e quais as consequências da pandemia para o planejamento e desenho das nossas cidades. Um exemplo desse novo momento dos parques é o Domino Park no Brooklin, EUA (PARQUE, 2020), onde foram feitos círculos no gramado para garantir a distância recomendada entre pessoas. Será mais uma modificação nos usos pela qual parques terão que passar? Os efeitos dessa pandemia nas relações sociais, nas formas de usar os espaços livres e mesmo no planejamento das cidades ainda são incertos, mas é justamente nesses momentos que podemos recorrer à história como fonte de aprendizado. Cabe reconhecer que no decorrer da história, os parques suas funções e usos sofreram alterações. Este artigo traz uma reflexão sobre os usos e desusos dos parques, e surge a partir da constatação de que no final do século XIX e início do XX os

parques no Brasil passaram por um momento que podemos chamar de ressurgimento, após um período de abandono.

Apesar dos benefícios e valores relacionados aos espaços livres, muitos deles apresentam-se nos dias atuais inadequados ao uso, vandalizados, negligenciados e, muitas vezes, deficientes quanto às reais necessidades dos seus possíveis usuários. A literatura especializada relata uma tendência de crise e esvaziamento dos espaços livres públicos nas principais cidades brasileiras (ALEX, 2011; ANDRADE, JAYME & ALMEIDA, 2009; GOMES, 2009; SILVA, LOPES & LOPES, 2011). O lazer, exercido nos espaços urbanos, vem sendo transferido para espaços privados como shoppings centers e áreas comuns de condomínios, dotados de conforto e segurança. Aspectos associados a desigualdades sociais, violência e carência de suporte ambiental se refletem no vandalismo e insegurança, ampliando o quadro de esvaziamento dos espaços públicos. Além disso, a má qualidade dos projetos, caracterizados, muitas vezes, por propostas padronizadas, que leva à falta de identificação entre os espaços públicos e seus possíveis usuários, aliado à escassez de recursos orçamentários e falta de planejamento e gestão eficiente quanto à conservação, manutenção e efetivação de políticas públicas, contribuem para esse cenário de subutilização ou desuso (VIEGAS; SILVA; ELALI, 2014; MACEDO; SAKATA, 2010; ALVES; LOPES; SOUSA, 2004).

Por outro lado, experiências envolvendo a participação popular na requalificação de praças, áreas verdes e outros espaços urbanos dos grandes centros, mobilizados por iniciativas de coletivos populares e ONGs nos últimos anos, como as que aconteceram no Largo do Batata, Praça Roosevelt e defesa em prol de áreas verdes nas cidades como as propostas para o Parque Augusta e o Minhocão (Elevado Costa e Silva), têm demonstrado uma vontade de ocupação e retomada de uso dos espaços públicos pelos cidadãos, em suas vidas cotidianas (GUERALT; LUZ, 2015). Pesquisas acadêmicas recentes também têm evidenciado a vitalidade de praças públicas na cidade de Natal/ RN (LIBERALINO, 2011; SANTANA, 2015), que vai de encontro ao discurso de esvaziamento como um fenômeno contemporâneo.

No intuito de contribuir para o debate das reflexões teóricas relacionadas ao tema, de espaços públicos e de seus usos, este artigo aborda os usos e desusos do parque urbano. Buscou-se relacionar literatura que trata do histórico de parques, incluindo a identificação de fases de declínio de uso e de renascimento dos parques no mundo e no Brasil. Este artigo faz parte de dissertação de mestrado que buscou compreender o papel do parque urbano contemporâneo através da análise de uso e percepção dos usuários de um estudo de caso localizado em Serra, ES, o Parque da Cidade.

O conhecimento da origem dos parques e sua evolução histórica trará um maior entendimento sobre essa tipologia de espaço livre público, ajudando a conhecer melhor, e assim, permitir repensar os parques urbanos.

Assuntos relacionados aos usos e desusos de parques, fases de declínio, renascimento, experiências de avaliações que resultaram na formulação de recomendações são importantes

para o entendimento geral da situação de uso dos parques. Reforçando essa questão, Scocuglia (2009, p.2) destaca:

Há uma contribuição importante relativa aos estudos de origem e evolução desses espaços no pensamento das cidades, sobretudo na interpretação das mudanças e permanências, usos e significados. Ademais, a observação dos usos e do comportamento dos usuários dos parques urbanos pode revelar parte significativa do modo de vida de uma cidade.

Para tal reflexão, este artigo abordará, inicialmente, definições de parques enquanto espaços livres, seus diversos conceitos e classificações adotados pelos estudiosos; em seguida, a origem e evolução dos parques; posteriormente, a identificação de fases de uso e desuso; e, por fim, as considerações finais.

2 ALGUMAS DEFINIÇÕES: PARQUES ENQUANTO ESPAÇOS LIVRES, CONCEITOS E TIPOLOGIAS

Espaço livre pode ser definido “como todo espaço não ocupado por um volume edificado (espaço-solo, espaço-água, espaço-luz), ao redor das edificações e que as pessoas têm acesso” (MAGNOLI, 2006a, p. 179). Assim, os espaços livres podem ser as ruas, os jardins, canteiros de vias, terrenos baldios, becos, quintais, assim como as praças, largos, parques, de propriedade pública ou privada.

Os espaços livres podem se classificar de acordo com diversos atributos (função, presença ou não de vegetação, escala ou nível de abrangência, dentre outros). Por exemplo, parques se incluem de acordo com sua função na categoria de espaço livre das práticas sociais (CUSTÓDIO et al., 2011); com relação à presença ou não de vegetação, são espaços verdes ou áreas de lazer (MACEDO, 1995); e de acordo com a escala podem ser de vizinhança, de bairro ou municipais (KELLY; BECKER, 2000 apud MIRANDA, 2014). Estas diferentes formas de categorização são úteis para analisar o papel de cada parque levando em conta suas funções, usos, características físicas e de relação com o entorno.

Historicamente, parques foram associados a cenários e identificados pela sua dimensão como característica definidora de parques:

[...] Reservo a palavra parque para lugares com amplitude e espaço suficientes e com todas as qualidades necessárias que justifiquem a aplicação a eles daquilo que pode ser encontrado na palavra cenário ou na palavra paisagem, no seu sentido mais antigo e radical, naquilo que os aproxima muito de cenário (OLMSTED apud SCALISE, 2002, p. 18).

Com o avanço do tempo e das novas funções adquiridas pelos parques, estes assumiram outras definições. Para Macedo e Sakata (2010, p. 13), as duas condições básicas para parques são: a presença de vegetação e a função recreativa, ao defini-los como “espaço livre público estruturado por vegetação e dedicado ao lazer da massa urbana” (MACEDO; SAKATA, 2010, p. 13). Contropondo Olmsted, Macedo e Sakata (2010, p. 14), incluem à definição anterior a função conservacionista e a independência com a dimensão mínima do parque, ao complementarem:

“espaço público de lazer ou de conservação que contém vegetação, qualquer que seja o seu porte, seja um pátio ou uma área com milhares de metros quadrados”.

Rosa Kliass (1993, p. 19) propõe uma definição de parque que engloba três atributos: dimensão, elementos naturais e atividades de recreação, unindo dessa forma as definições de Olmsted e Macedo: “[...] espaços públicos com dimensões significativas e predominância de elementos naturais, principalmente cobertura vegetal, destinado à recreação”.

Carneiro e Mesquita (2000, p. 28) incluem em sua definição de parques a existência de edificações, e consideram uma dimensão mais modesta que as indicadas por Olmsted:

[...] espaços livres públicos com função predominante de recreação, ocupando na malha urbana uma área em grau de equivalência superior à da quadra típica urbana, em geral apresentando componentes da paisagem natural – vegetação, topografia, elemento aquático – como também edificações destinadas a atividades recreativas, culturais e/ ou administrativas.

Diante de várias definições, Macedo e Sakata (2010, p. 14) finalizam a discussão incorporando a característica de independência dos parques em relação ao entorno:

Consideramos como parque todo espaço de uso público destinado à recreação de massa, qualquer que seja o seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura morfológica é autossuficiente, isto é, não é diretamente influenciada em sua configuração por nenhuma estrutura construída em seu entorno (MACEDO; SAKATA, 2010, p. 14).

Posteriormente, Macedo (2012) enfatiza que a dimensão de um parque está vinculada à sua capacidade de propiciar a execução de inúmeras atividades de um modo simultâneo por diversos grupos (multifuncional), o que o diferencia de uma praça que tende à monofuncionalidade e ao atendimento restrito de uma vizinhança ou coletividade; e identifica de forma mais específica a área mínima (superior a 20 mil m² - maior que dois quarteirões integrados).

É grande a flexibilidade de conceitos adotados pelos autores, reflexo da dinâmica de cada espaço e do momento histórico em que foi idealizado, projetado ou modificado. Assim, a definição de parques adotada neste artigo concilia as principais características dos conceitos aqui abordados, considerando-os: espaços livres de uso público destinados à recreação da população, estruturados por vegetação, independentes morfológicamente do seu entorno e com dimensão considerável.

Com relação às características tipológicas, de acordo com diversos autores os parques podem ser classificados nas variadas formas:

- Quanto à sua **finalidade**: parques de conservação, para fins especiais (zoológicos, jardins botânicos e outros) ou de recreação (RAMOS, 1985 apud TEIXEIRA, 2007);
- Quanto ao **design e programa de uso**: de forma similar ao adotado para os parques norte-americanos, *pleasure gardens* ou *landscape parks*, *reform parks*, *recreation facility* e *open space system* (CRANZ, 2000); para os parques brasileiros identificados ao

longo da história, eles podem ser ecléticos, modernos ou contemporâneos (MACEDO; SAKATA, 2010)¹;

- Quanto à sua **dimensão, escala de abrangência e população atendida**: parques de vizinhança, de bairro, setoriais e metropolitanos/ distritais (KLIASS, 1993; ESCADA, 1992; FONTES; SHIMBO, 2003);
- Quanto à sua **localização**: urbano ou suburbano (MASCARÓ, 2008).

Com relação aos tipos, Teixeira (2007) destaca a falta de consenso entre parâmetros defendidos pelos estudiosos, principalmente quando se trata daqueles essencialmente quantitativos. Por exemplo, alguns autores adotam para parques de bairro, dimensões entre 48 mil m² a 80 mil m² (KLIASS, 1993); enquanto outros, definem para essa mesma tipologia, área mínima de 100 mil m² (ESCADA, 1992); assim como as escalas de abrangência ou raios de atendimento que diferem para o mesmo tipo de parque (de bairro): até 1 km (KLIASS, 1993) e de uma forma mais abrangente, de 500 m a 5 km (FONTES; SHIMBO, 2003)².

3 PARQUES URBANOS: SUAS ORIGENS NO MUNDO E NO BRASIL

A origem dos parques urbanos remonta aos séculos XVII e XVIII, principalmente com o fim da Revolução Francesa, quando propriedades da família real ou de nobres europeus são abertas à população das cidades para fins recreativos, tornando-se parques de uso público e os precursores dos atuais parques (GARVIN, 2011). Com singelas ou radicais modificações em sua estrutura física, jardins reais e áreas de caça como o jardim real das *Tulherias*, em Paris, *Tiergarten*, em Berlim e os londrinos *Regent's Park*, *Hyde Park* e *St. James* foram então abertos ao público entre os séculos XVII, XVIII e início do XIX (GARVIN, 2011; PANZIN, 2013).

Até então, os parques não surgiam de espaços originalmente adquiridos e projetados com finalidades recreativas. No século XIX, a população das cidades havia se multiplicado, as moradias eram adensadas e insalubres, as ruas não comportavam a grande quantidade de veículos e as práticas sanitárias eram muito primitivas, levando a um maior risco de epidemias e outras mazelas. Diante deste panorama, os governos passam a investir na aquisição de terras para criação de parques públicos. Os comitês criados em defesa dos parques, passam a recomendar este tipo de espaço para a “melhoria da saúde pública, redução de comportamentos antissociais e oferta de lugares para atividades de lazer” (GARVIN, 2011, p.20), passando assim, a ser considerados como uma necessidade em busca da higienização e por qualificação estética. A criação do *Victoria Park* (1844), na região leste de Londres; e do *Birkenhead Park* (1847), localizado na cidade de Liverpool, representaram o marco na era de

¹ Especificamente, para os parques contemporâneos, eles se classificam em neocléticos/ pós-modernos, ambientalistas, formalistas-geometrizantes ou românticos/ tradicionais, quanto à sua estrutura formal; contemplativos, recreativos, contemplativos-recreativos ou conservacionistas, quanto ao programa de uso; e compactos ou lineares, quanto ao posicionamento no tecido urbano, ou ainda, seu formato (MACEDO, 2012);

² A classificação proposta por Fontes e Shimbo (2003) é uma sistematização baseada nas proposições de Birkholz (1983); Cavalheiro & Del Picchia (1992), Escada (1992) e Nucci (1996).

parques com terras adquiridas e projetados especificamente para fins recreativos (GARVIN, 2011).

Na França, a inserção de parques em estruturas urbanas, se destaca no Plano de Urbanização do Barão de Haussmann, em Paris, que compreendia a criação de um sistema de parques constituídos por áreas verdes de quatro tipologias distintas em dimensões e funções: parques regionais (de dimensões maiores, destinados à metrópole), parques distritais (de dimensões menores, alocados nos bairros em desenvolvimento) e praças (*squares*, dispostas no centro histórico), integrados por grandes avenidas arborizadas – os *boulevards* (KLIASS, 1983 apud MIRANDA, 2014). Formalmente, esses parques buscavam reproduzir uma natureza idealizada, utilizando um modelo paisagístico dos jardins ingleses com suaves ondulações e o simulacro de uma natureza campestre.

Em Nova York (EUA), por volta de 1850, assim como em Londres e Paris³, a população crescia rapidamente, principalmente com a vinda de grande contingente de imigrantes. A cidade nova-iorquina era suja, barulhenta e congestionada, e constantemente ameaçada por incêndios e epidemias motivados pelas ocupações superlotadas. A solução para os problemas da cidade veio com a construção de um grande parque público. – o Central Park, proposta de Frederick L. Olmsted e do arquiteto Calvert Vaux, em 1857 (ALEX, 2011). Os lagos e cursos d’água, idealizados para servir como cenários, assim como nos parques europeus, também serviam ao desempenho de diversas atividades como pesca, passeio de barco e esqui no gelo por milhares de pessoas dado a sua grandiosidade (GARVIN, 2011).

Além da demanda por lazer e recreação da população, os parques surgem também como uma necessidade pela criação de espaços amenizadores da estrutura urbana muito adensada, como enfatiza Scalise (2002, p. 18): “[...] com funções de pulmões verdes e saneadores, representando oásis de ar puro, de contemplação e estímulo à imaginação”. Neste sentido, propostas urbanísticas de cidades-jardins, vias parques, planejamento regional e outras, inspiradas na idéia de cidade verde em contraposição às tumultuadas e grandes cidades industrializadas foram bastante difundidas no início do século XX (ALEX, 2011). A busca de lugares mais afastados para a implantação dos parques vinha como forma de aliviar os males das cidades ao escapar para o campo, destaca Cranz (1982, apud ALEX, 2011). Mas não a paisagem rural, e sim o campo romantizado das pinturas, definido como “natureza sublime representada por campos, bosques e lagos” (ALEX, 2011, p. 84); e a busca da paisagem selvagem, da área desertificada e sem a ação do homem (o maior contraponto à urbanidade).

Galen Cranz traça uma evolução do “Movimento Americano de Parques” desde o surgimento do Central Park, ao identificar modelos característicos em função de programas e desenhos dos

³ Enquanto Magnoli (2006b) destaca a importância do Central Park, em termos de porte e de atividades e usos, quando comparado com os parques europeus, enfatizando que estes últimos não tiveram como critério fundamental a utilização pela população; Alex (2011) defende que os parques e áreas verdes de Haussmann (com área equivalente ao Central Park mas distribuídos pela cidade de Paris) acabaram contribuindo de forma mais eficaz para a qualidade ambiental no meio urbano, interferindo de forma mais positiva e extensiva na vida cotidiana das pessoas.

parques, periodizados em quatro etapas: *pleasure garden*, *reform park*, *recreation facility* e *open space system*, descritos por diversos autores (CRANZ, 1978 apud MAGNOLI, 2006b; CRANZ, 1982 apud COOPER MARCUS; FRANCIS, 1990; CRANZ, 2000). Cada modelo tinha um objetivo social a cumprir e como intenção contribuir para a solução de problemas decorrentes das transformações ocasionadas pelos processos de industrialização e urbanização.

Os parques do *pleasure garden* surgiram entre 1850 a 1900 e, pelo menos em parte, “como resposta à superlotação e condições insalubres das cidades, recentemente industrializadas” (COOPER MARCUS; FRANCIS, 1990, p. 69, tradução nossa). Localizam-se em áreas afastadas da cidade, caracterizando-se como a idealização do campo e da vida pastoril. Apresentam como características principais: grandes dimensões, extensos gramados alternados com águas que contornam as colinas onduladas, massas de árvores de poucas espécies e caminhos sinuosos como contraponto à rigidez ortogonal da malha das cidades. As atividades praticadas são vinculadas a atitudes contemplativas e passivas, destinadas a grupos e famílias.

O período seguinte (1900 a 1930), conhecido como *reform park* ou *playground period*, iniciou-se com o crescimento dos movimentos progressistas e sociais, e teve a intenção de proporcionar melhores condições à classe trabalhadora. Magnoli (2006b) destaca que os aspectos que fundamentam os parques deste período são a necessidade de espaços locais e de playgrounds. É o período da inserção da recreação como atividade ativa: brincadeiras infantis, exercícios físicos, representações teatrais de fundo nacionalista histórico; além de ensinamentos subsidiários de higiene e saúde (MAGNOLI, 2006b). Parques deste tipo possuem dimensões reduzidas, localização no interior das cidades e caráter funcionalista em reação aos valores elitistas do período anterior. São caracterizados por áreas pavimentadas, presença de edifícios, desenhos de linhas retas e ortogonais e morfologicamente tem a aparência de continuidade das casas, comércio e fábricas do entorno (COOPER MARCUS; FRANCIS, 1990).

O *recreation facility*, iniciado nos anos 1930, foi influenciado pelas transformações surgidas com o fim da Primeira Guerra Mundial e pelos movimentos dos trabalhadores na década de 1920, e são marcados pelo crescimento da classe média profissional e do processo participativo nos grupos decisórios. Esse período institucionaliza o papel da recreação ativa de todas as faixas etárias com o estímulo à construção de estádios, piscinas, quadras, arquibancadas e outros equipamentos esportivos, permitindo assegurar a todos a participação em torneios, competições, jornadas, em âmbito nacional (MAGNOLI, 2006b). Estes novos elementos vêm como resposta à demonstração do progresso, da liberdade e da democracia, pós Segunda Guerra Mundial. Ressalta-se a padronização de elementos e projetos, sem levar em conta as diferenças topográficas ou necessidades locais. O parque urbano deste período vem a servir as necessidades mais diretas da população e aos propósitos mais utilitários: a importância do esporte para o estabelecimento da moral, para o bem da saúde pública e biológica, motivando a reforma dos grandes parques do *pleasure garden* (COOPER MARCUS; FRANCIS, 1990).

A partir de 1965, a cidade é vista como um todo heterogêneo e diversificado, composto por ruas, largos, praças, parques, fazendo parte de um sistema único e conhecido como *open space*

concept. Este conceito considera que cada espaço livre na cidade pode ser aproveitado para uso da população, surgindo assim os mais variados tipos: parques de aventura, *vest-pocket* ou miniparques, praças em terrenos pequenos para uso urbano, dentre outros. Novas soluções de projeto com formas mais livres para os equipamentos recreativos e esportivos substituem os tipos convencionais. Essa nova atitude para com a cidade e o espaço livre passa a se delinear quando espaços públicos e coletivos das áreas centrais são vistos como decadentes, deteriorados e vandalizados (CRANZ, 2000). Neste contexto, as novas e variadas opções de lazer na cidade, como shoppings centers, centros comerciais, parques estaduais e regionais, passam a disputar espaço com os tradicionais parques de bairros (COOPER MARCUS; FRANCIS, 1990). A identificação dos períodos e tipos de parques urbanos internacionais, de forma cronológica, podem ser vistos na figura 1.

Figura 1 - Linha cronológica identificando os períodos e tipos de parques urbanos internacionais.

1850	1900	1930	1965
<i>Pleasure garden</i>	<i>Recreation facility</i>	<i>Reform park</i>	<i>Open space system</i>

Fonte: Elaborado pela autora com base em Cranz (2000), Cooper Marcus e Francis (1990), Magnolib (2006).

No Brasil, o surgimento dos parques públicos não apresenta as mesmas motivações que os parques europeus e norte-americanos. Macedo e Sakata (2010) ressaltam que as cidades brasileiras não se equiparavam em porte e em população com as cidades da Europa. Mais do que uma demanda, o parque brasileiro surge como:

[...] uma figura complementar ao cenário das elites emergentes, que controlavam a nova nação em formação e que procuravam construir uma figuração urbana compatível com a de seus interlocutores internacionais, especialmente ingleses e franceses (MACEDO; SAKATA, 2010, p. 16).

Logo, os primeiros parques brasileiros⁴ são influenciados pelos *pleasure gardens* com relação ao uso para passeio, e na sua composição e estilos (caminhos sinuosos, ambientes românticos e pitorescos, maciços de árvores, águas serpenteadas e jardins muito “ajardinados”), sendo conhecidos como “parques ecléticos” (MACEDO; SAKATA, 2010). Entretanto, o cenário destes parques brasileiros, que visavam o embelezamento urbano e a representação das elites, era diferente das grandes, poluídas e adensadas cidades da Europa e dos EUA. No Brasil, a necessidade de novos parques e de um novo programa de uso que atendia as demandas da

⁴ Segundo Segawa (1996), o primeiro parque no Brasil surgiu na cidade do Recife, com a construção de um viveiro e um jardim nas propriedades de Maurício de Nassau, em 1642. Com a vinda da família real portuguesa em 1808, as velhas e pequenas cidades brasileiras passam por profundas reestruturações e modernizações para desempenhar novas funções administrativas. Bairros inteiros são criados e os velhos e novos logradouros ganham status de jardins, sendo transformados em praças ajardinadas (MACEDO; SAKATA, 2010; MACEDO, 2015). Grandes reestruturações foram idealizadas pelas elites que desejavam romper com as marcas coloniais do passado, adotando como justificativa as necessidades higienistas. Neste contexto, são criados os dois primeiros parques públicos do país, situados no centro da cidade do Rio de Janeiro: o Passeio Público (1779 – 1783), reformulado em 1862 ao incorporar desenhos românticos em seus jardins; e o Campo de Santana, com reforma iniciada em 1880 (MACEDO; SAKATA, 2010).

população urbana começa a se delinear a partir do fim da 2ª. Guerra Mundial, com o vertiginoso aumento populacional e a escassez de vazios urbanos; ou seja, praticamente um século depois de quando os parques europeus e norte-americanos passam a ser uma necessidade para a sua população.

No Brasil, a partir dos anos 1940, os parques passam a incorporar equipamentos de uso ativo como playgrounds, quadras esportivas, arenas, dentre outros (MACEDO, 2015). Estes tipos de parques passam a ser conhecidos como parques do período moderno, podendo-se dizer que mesclam características dos parques americanos dos períodos *reform park* e *recreation facility*. Elementos típicos dos parques ecléticos (bosques, gramados e água) estão presentes, mas com arranjos formais diferenciados, agora os caminhos possuem linhas geométricas, definidas e limpas e a vegetação segue uma linguagem mais naturalista predominando o uso de espécies tropicais. O parque do Ibirapuera, em São Paulo e o Parque do Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro são dois exemplares de parques modernos, construídos respectivamente, em 1954 e 1962, que marcam a ruptura com a estrutura do parque típico eclético. Nos anos de 1970, é consolidada a figura do parque de uso misto, contemplativo e recreativo, com dimensões mais reduzidas, mas com programa similar aos grandes parques. Inicia-se também nesta época, propostas de planejamento urbano conciliadas com a criação de parques e áreas verdes, como exemplo tem-se a cidade de Curitiba (MACEDO; SAKATA, 2010).

O *open space concept*, que se inicia os anos 1960 com a decadência dos parques tradicionais de bairro norte-americanos, só vem se concretizar no Brasil um pouco mais tarde. De forma mais tímida, nos anos 1970 e mais intensamente em 1980, novos parques são criados em diversas cidades brasileiras passando a incorporar uma maior preocupação ambiental; e somente nos anos 1990, passam a adotar um estilo formalista eclético pós-moderno (MACEDO, 2015; MACEDO; SAKATA, 2010). Essa nova tendência vem caracterizar os parques contemporâneos. Com relação aos usos, nestes parques há o predomínio do caráter ativo, destacando-se a diversificação de equipamentos esportivos, contudo a atividade contemplativa permanece. As características formais incorporavam elementos ecléticos com nova linguagem, influência de ideias desconstrutivistas e simbólicas internacionais, e inspiração formalista de origem do paisagismo americano, francês e espanhol; além de conceitos ecológicos (MACEDO, 2012). O parque Jardim Botânico de Curitiba (1991) foi um dos pioneiros dos parques contemporâneos a reincorporar o eclétismo em uma vertente pós-moderna. A figura 2 apresenta cronologicamente os períodos e tipos de parques brasileiros identificados.

Figura 2 - Linha cronológica identificando os períodos e tipos de parques urbanos brasileiros.

Final séc. XIX	1940	1980
<i>Ecléticos</i>	<i>Modernos</i>	<i>Contemporâneos</i>

Fonte: Elaborado pela autora com base em Macedo e Sakata (2010), Macedo (2012).

São três as características principais dos parques contemporâneos: a revitalização de áreas antes utilizadas para outros fins, a recriação de paisagens naturais e a participação popular. Os espaços verdes foram redescobertos como requalificadores dos ambientes, sobretudo em contextos urbanos degradados e exauridos por processos de transformação do território em função da era pós-industrial, da reutilização de zonas produtivas, de áreas e instalações subutilizadas, buscando construir uma nova identidade à região (PANZINI, 2013). Este é o caso do High Line⁵, em Nova York e da Praça Victor Civita⁶, em São Paulo. Ambos os projetos se identificam por terem sido implantados em áreas marginalizadas que antes tiveram outros usos ligados a atividades produtivas e que passaram por um processo de requalificação urbana com a construção de espaços públicos destinados ao lazer e convivência social. Panzini (2013) destaca que a recuperação de paisagens naturais em ambientes danificados pela ação humana também é uma marca deste século, se espalhando pelo mundo. No Brasil, destacam-se os trabalhos de Fernando Chacel que adota um processo denominado “ecogênese” (parques Gleba “E” e o parque público Professor Mello Barreto⁷), no Rio de Janeiro e o Parque da Cidade de Toronto⁸, em São Paulo (MACEDO; SAKATA, 2010).

Outra característica contemporânea é a participação dos movimentos populares na luta pelo direito a espaços de lazer, que tem aumentado nos últimos anos. Sakata (2015) indica que a demanda popular surge a partir da constatação da existência de áreas verdes vazias ou subutilizadas. O Parque Pinheirinho D’água, construído em 2009, na zona noroeste da cidade de São Paulo é um exemplo de conquista que envolveu a participação das escolas e da comunidade em torno da sua construção, e no apoio ao seu funcionamento frente ao descaso do poder público (MEKARI, 2020).

4 USOS E DESUSOS DE PARQUES

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, Cooper Marcus e Francis (1990) destacam o desenvolvimento de pesquisas (FRENCH, 1970; GOLD, 1972; JOHNSON, 1979) sobre o fenômeno

⁵ Sobre uma linha férrea elevada e abandonada foi construído o High Line, em 2009. As linhas de trem da década de 1930 interligavam-se diretamente com os armazéns da zona portuária para transportar mercadorias nesta parte da cidade. O projeto aproveitou essa estrutura desativada desde os anos 1980, criando um cenário de ruína industrial em meio à vegetação espontânea sobre os trilhos e formando uma sequência de pequenas paisagens.

⁶ Em uma área situada no bairro Pinheiros, em São Paulo, antes usada para depósito e tratamento de lixo até 1989, um projeto ousado e inovador incluindo soluções sustentáveis (piso de materiais recicláveis, jardim suspenso, reuso de água, dentre outras), transformou esta área de difícil acesso em um espaço de convívio social, educação e cultura. A praça Victor Civita, inaugurada em 2008, conta com palco e arquibancada onde acontecem shows regulares, apresentações de teatro e cinema, museu sustentável e local para prática de exercícios, muito utilizado pela população.

⁷ Construídos entre 1994 a 1998, se propõem a recuperar as margens da Lagoa da Tijuca por meio da recriação de paisagens naturais extintas (mangues, jardins, dunas e restingas).

⁸ Construído em 1992, é ocupado quase que integralmente por um grande lago, traz elementos que acabam valorizando ambientes até então renegados em épocas passadas: passarelas sobre um charco, permitindo o passeio sobre esta área.

do não uso em parques de vizinhança norte-americanos, bem como problemas de vandalismo em parques nas cidades de Boston, San José e Seattle (estes, mais especificamente ao final dos anos 1970 e início dos anos 1980). A partir dos anos 1970, passaram a ser utilizadas técnicas de observação sistemática de comportamento combinados ou não com entrevistas e questionários aos usuários e residentes locais para se obter dados concretos de uso de parques.

O desuso em parques de vizinhança nos EUA é abordado por Gold (1972), em seu artigo "*Nonuse of neighborhood parks*", utilizando-se de observações sistemáticas de uso e abordagem a usuários, os diversos estudos citados identificam a subutilização dos parques de vizinhança nas principais cidades norte-americanas; e o autor aponta possíveis razões para este fato. Ele agrupa estas razões em 03 categorias: 1) comportamento dos usuários, 2) aspectos ambientais e 3) medidas institucionais⁹; e analisa, mais minuciosamente, duas causas mais significativas de cada categoria.

Gold (1972) destaca que as pessoas passavam mais tempo nos parques regionais ou clubes privados, casas de campo ou praia, ou ainda dentro das suas casas e menos tempo em espaços públicos urbanos, e menos ainda nos parques de vizinhança. O autor identifica que as atividades realizadas em ambientes externos (rua, calçadas e quintais) como caminhar, conversar, jardinagem e outros, poderiam ser desempenhadas nos parques de vizinhança, caso estes tivessem estruturas para absorver tais atividades, tornando-os espaços mais interessantes e convidativos. Sobre essa questão, Cooper Marcus e Francis (1990) enfatizam que os parques de vizinhança se tornaram obsoletos, com instalações e equipamentos desatualizados, demandando mais custos com manutenção e não atendendo às necessidades dos usuários. Além destas constatações, Gold (1972) identifica uma significativa correlação entre frequência, satisfação do usuário, acessibilidade e qualidade do lugar; entretanto, mesmo com boas condições de tempo, acesso, proximidade a residências, programa e manutenção, as observações indicam que parques de vizinhança não são mais utilizados em razão disso.

Gold (1972) traz um diagnóstico que critica a abordagem tradicional do planejamento urbano, com sua ênfase nas análises quantitativas ao invés das qualitativas, negligência de demandas latentes e necessidades dos usuários que poderiam ser obtidas por meio de abordagens comportamentais, falhas na identificação de objetivos, prioridades e recursos da comunidade, e não envolvimento dos cidadãos no planejamento e no levantamento das suas preferências e satisfações dos usuários.

De forma similar, em *Morte e Vida de Grandes Cidades*, Jacobs (2009) apresenta estudos de parques das cidades de Filadélfia, Nova York e Baltimore, dentre outras, descrevendo suas características e de seu entorno e região vizinha; e introduz novos princípios ao planejamento

⁹ As razões de cada categoria são identificadas por Gold (1972) como sendo: orientação do usuário, restrições sociais, condições prévias, atividades competitivas e satisfação do usuário, relacionadas ao comportamento dos usuários; conveniência de acesso, características do local, tempo e clima, localização física, instalações, sobre aspectos ambientais e diferenças de objetivos, segurança pessoal, relevância dos programas, práticas gerenciais e níveis de manutenção, relacionadas à medidas institucionais.

urbano ao relatar de forma simples por que alguns parques são utilizados e outros, não. Com diagnóstico semelhante, Jacobs (2009) faz uma crítica aos fundamentos do planejamento urbano moderno baseado em regras e modelos padronizados que não consideram as particularidades e especificidades do lugar, resultando na decadência de muitos parques de bairro em cidades norte-americanas: “[...] vazios urbanos desvitalizados chamados parques, destruídos pela decadência, sem uso e desprezados” (JACOBS, 2009, p. 97). Sobre esta questão, Cooper Marcus e Francis (1990) enfatizam que os parques de vizinhança se tornaram obsoletos, com instalações e equipamentos desatualizados, demandando mais custos com manutenção e não atendendo as reais necessidades dos usuários.

Galen Cranz (1982, apud SHERER, 2006) indica que esse período do parque urbano americano começa bem antes, na Grande Depressão de 1929 e continua durante grande parte do século XX. O quadro, segundo a autora, é de abandono das cidades por grande parte da população, em direção aos subúrbios, o que leva a um processo de decadência das cidades e dos parques. Os recursos para manutenção de parques são cortados, e a criminalidade aumenta consideravelmente nas cidades, fazendo com que muitos moradores passem a evitar lugares como o Central Park, então considerado muito perigoso.

Na Inglaterra, Harding (1999) identifica que uma fase de declínio de parques públicos teve início, de forma sutil, com a remoção dos seus portões de ferro utilizados para atender aos esforços da Segunda Guerra Mundial, que causaram não só a mudança de aparência e status dos parques ingleses, mas também gerou efeitos negativos relacionados à má utilização e insegurança motivada pela falta de controle ao acesso. Entretanto, de maneira similar aos estudos americanos, a pesquisa identificou a década de 1970 como ápice do declínio e como causas cortes no orçamento de manutenção e serviços de má qualidade, além da busca de outras opções de lazer (parques nacionais, viagens ao exterior e outros). Esses acontecimentos foram graduais e acarretaram na transformação dos parques ingleses em espaços negligenciados e vandalizados, ou por vezes muito fortificados, tornando-os pouco agradáveis ao uso (HARDING, 1999).

Por outro lado, Sherer (2006) ressalta que os parques urbanos têm experimentado uma espécie de “renascimento”, a partir dos anos 1980-1990. O governo, grupos cívicos, e agências privadas de todo o país têm trabalhado em conjunto para revitalizar os parques norte-americanos. Além dos parques, áreas subutilizadas, abandonadas e poluídas tem sido alvo de inúmeras intervenções urbanas voltadas para o uso do público, transformando-as em parques, vias verdes ao longo de rios anteriormente poluídos, trilhas e jardins comunitários sob linhas ferroviárias abandonadas, entre outras. Sherer (2006) destaca como exemplo o parque no *Post Office Square*, em Boston, como uma das experiências mais bem-sucedidas de revitalização urbana e de valorização do entorno. Outro caso emblemático de renovação urbana foi o do *Bryant Park*¹⁰

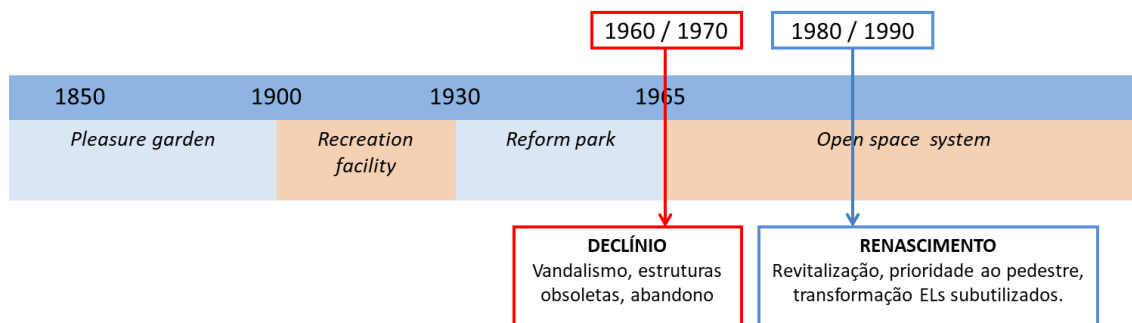
¹⁰ Na década de 1970, este parque era ocupado por traficantes de drogas e indigentes, afastando os trabalhadores dos escritórios do entorno (seu público alvo). Segundo Francis (2001), pesquisas de análises comportamentais conduzidas no início dos anos 1970, por Nager e Wentworth (1976), e por Whyte (1979), permitiram a identificação

(FRANCIS, 2001), localizado em Manhattan. Harding (1999) também relata uma fase de ascensão dos parques públicos ingleses a partir dos anos 1990, um movimento que contou com a participação de autoridades, grupos de profissionais e voluntários.

A preocupação atual com a promoção da saúde, bem-estar físico e mental, e particularmente com a prática de hábitos saudáveis tem criado uma predominância de estudos que consideram os parques urbanos um grande agenciador da prática de atividade física (COHEN et al., 2010; COHEN et al., 2007; FLOYD et al., 2011; PARRA et al., 2010; MCCORMACK et al., 2010; BARAN et al., 2014; PETROSKI et al., 2009; BEDIMO-RUNG; MOWEN; COHEN, 2005; EVENSON et al., 2016). Estas pesquisas são na maioria quantitativas, valendo-se de métodos de observação sistemática de uso e/ou questionários; e em menor caso, qualitativas. No geral, estes estudos objetivam identificar os perfis dos usuários (gênero e idade), as atividades mais praticadas, intensidade de uso, níveis de atividade física, além de associações entre o uso e os atributos dos parques e entorno como acessibilidade, proximidade, percepção de segurança, aspectos socioeconômicos da vizinhança e características dos parques.

A figura 3 traz as fases de uso/ desuso dos parques internacionais: desuso ou declínio, em vermelho, nos anos 1960-1970; e uso ou renascimento, em azul, nos anos 1980-1990; sobrepostos à linha cronológica dos períodos e tipos de parques representados pela figura 1.

Figura 3 - Linha cronológica identificando fases e fatos relacionados a usos e desusos de parques sobrepostos aos períodos e tipos de parques internacionais.



Fonte: Elaborado pela autora com base em Gold (1972), Cooper Marcus e Francis (1990), Harding (1999), Cranz (2000); Sherer (2006) e Jacobs (2009).

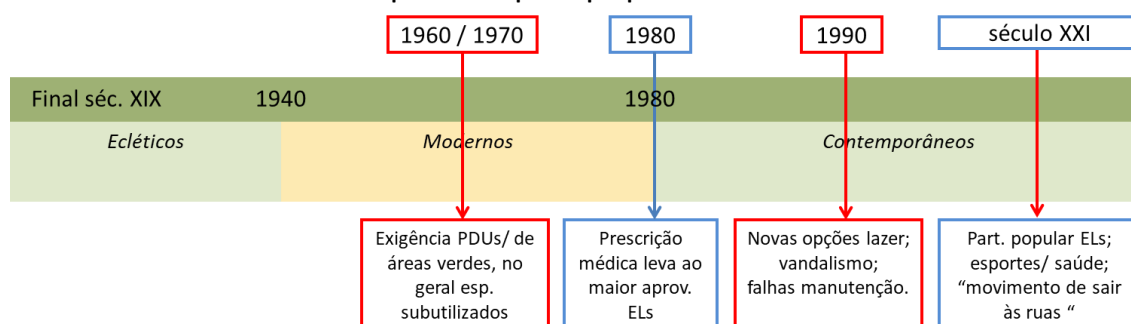
No Brasil, a partir do ano 2000 são desenvolvidos estudos que tratam do tema “uso de parques” e atividade física, analisando aspectos como perfis dos seus usuários, intensidade de uso e níveis de atividade física praticados em parques curitibanos (HINO et al., 2010; PARRA et al., 2010),

de uma série de recomendações, destacando-se a pouca acessibilidade, tanto visual como física, como um dos cerne da questão. Francis (2001) enfatiza que o estudo desenvolvido no Bryant Park é um exemplo de como análise comportamental combinada com diretrizes de projeto podem criar espaços públicos bem-sucedidos. O autor ainda destaca que só o *redesign* não é suficiente, neste caso, a programação de atividades e a gestão também foram fundamentais. A inserção de atividades variadas como shows, concertos, eventos musicais e de dança, além de manutenção extensiva e policiamento por meio da implementação de uma parceria público-privada contribuíram para o aumento significativo de uso do parque e redução de crime na região (FRANCIS, 2001).

utilizando métodos observacionais. Outras pesquisas (FERMINO et al., 2015; PETROSKI et al., 2009) buscam compreender o uso de parques e conhecer seus usuários, tanto para a prática de atividade física (no caso do primeiro) ou não (o segundo), relacionando estes dados com indicadores sociodemográficos, econômicos e ambientais, além de nível de satisfação dos usuários, qualidade de vida, dentre outros, por meio da utilização de questionários e/ ou entrevistas. Uma variedade de teses e dissertações nacionais (TRINDADE, 2007; RITCHER, 2008; OLIVEIRA, 2013; QUEIROZ, 2014; MIRANDA, 2014; TEIXEIRA, 2007; BARROS, 2010) que tratam de parques urbanos, nas variadas áreas do conhecimento (arquitetura, engenharia, geografia, educação física, turismo e lazer), abordam o uso, formas de apropriação e percepções dos seus frequentadores, englobando por vezes outras análises complementares (morfológicas, de paisagem, dentre outras).

Apesar da existência destes estudos, não foram encontradas pesquisas que abordassem especificamente a identificação de fases de declínio e intensificação de uso dos parques no Brasil. Considera-se que a história de desenvolvimento de parques brasileiros relatada por Macedo e Sakata (2010), Macedo (2012) e Sakata (2015) aponta momentos e fatos que, muito provavelmente, afetaram positiva ou negativamente o uso dos parques brasileiros. As fases relatadas embasaram o desenvolvimento da figura 4, que traz o que seriam esses períodos de uso e desuso no Brasil sobrepostos aos períodos e tipos de parques representados na figura 2. Foram identificados dois períodos ou fases de uso e desuso no país: desusos em vermelho, nos anos 1960-1970 e 1990; e uso em azul, em 1980 e 2000 em diante.

Figura 4 - Linha cronológica identificando fases e fatos relacionados a usos e desusos de parques sobrepostos aos períodos e tipos de parques no Brasil.



Fonte: Elaborado pela autora com base em Macedo e Sakata (2010); Custódio et al. (2011); Macedo (2012), Macedo (2015) e Sakata (2015).

As fases e os fatos históricos identificados em Macedo e Sakata (2010), Macedo (2012) e Sakata (2015) são apresentados a seguir, cronologicamente:

- Até início de 1900: parques foram criados apesar de não serem considerados equipamentos necessários para o lazer imediato e cotidiano da população, sendo destinado principalmente às elites;

- 1900 – 1950: as áreas de recreação eram escassas e os investimentos para construção de parques eram poucos. Os existentes limitavam-se às áreas vizinhas ao centro e em bairros mais valorizados, que apesar das dificuldades de acesso eram muito utilizados;
- A partir de 1950: a demanda por lazer se intensifica e os parques surgem como uma necessidade social. Grandes parques como o Aterro do Flamengo (1954) e o Ibirapuera (1962) são construídos, assim como muitos outros nas principais capitais brasileiras, em contraponto ao declínio de parques norte-americanos na mesma época;
- Anos 1960 e 1970: apesar do discurso oficial da importância de áreas verdes, muitos logradouros importantes foram esvaziados em termos de uso e função, sendo abandonados e substituídos por outras atividades. Os planos de novas cidades que incluíam a construção de parques e áreas verdes, mesmo quando implantados não eram viabilizados totalmente, tendo suas áreas cercadas e abandonadas, sem destinação de uso;
- Anos 1980: a introdução de prescrições médicas de atividades físicas ao ar livre para melhoria da saúde, incentivou o aumento de uso do espaço urbano por boa parte da população;
- Anos 1990: incidência de atos de vandalismo, escassez de recursos para manutenção, supressão de áreas dos parques para construção de prédios públicos e vias urbanas, além do baixo investimento no planejamento e construção de sistemas integrados de espaços livres públicos, os quais vêm, muito provavelmente, associados à baixa utilização dos espaços e a busca cada vez maior de opções de lazer incluindo shoppings centers, parques privados temáticos, clubes e outros.

Por outro lado, Custódio et al. (2011), identificam que algo diferente ocorreu com os parques do tipo metropolitano. Segundo os autores, até se pode dizer que a esfera pública geral se realiza mais fortemente nesta tipologia e, sobretudo, nos finais de semana; mesmo que haja outros tipos de espaços livres, como praças, com boa manutenção e nas proximidades das residências das pessoas.

- Anos 2000 - hoje: Sakata (2015) e Macedo (2012) identificam um aumento significativo de parques públicos sendo construído nas cidades brasileiras. Se por um lado, as camadas médias da população se fecham em condomínios fechados e espaços de lazer privados, por outro lado “há o movimento de sair para andar, para correr, para passear com o cachorro, para ver gente passeando”; como reação ao enclausuramento, “os parques, calçadas e ciclovias são as compensações. Eles nunca estiveram tão cheios” (SAKATA, 2015, p. 19). Para Macedo (2012, p. 146), no início do século XXI, a busca por espaços livres se intensifica ao destacar que:

[...] caminhadas, corridas, o andar de bicicletas e skate, jogos ao ar livre, pescarias e piqueniques são atividades desejadas por muitos [...] crescem no contexto urbano, as demandas de espaços generosos para o lazer ao ar livre, a busca de locais aprazíveis como bosques e campos para o passeio, caminhadas e esportes radicais.

Entretanto, Sakata (2015) destaca que a criação destes novos parques não é igualitária; a má distribuição dos equipamentos de lazer nas cidades ainda são barreiras que dificultam o acesso



da população mais carente aos parques e demais espaços livres. Ainda assim, a autora ressalta que a participação dos movimentos populares na luta pelo direito a estes espaços tem aumentado nos últimos anos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parques surgiram como soluções para os problemas de cada momento histórico, vistos como espaços saneadores, oásis de ar puro, lugares do imaginário coletivo, ideários nacionalistas, dentre outros. Analisando o histórico de parques, nota-se que os primeiros parques surgiram com um caráter mais contemplativo, destinados às elites e marcado por desenhos sinuosos; em um segundo momento, motivados pelo constante aumento da população, demandas por lazer e apelos nacionalistas, os parques passam a adotar um caráter mais funcionalista, configuração formal mais retilínea, jardins menos rebuscados; e, mais recentemente, diante do surgimento de novas opções de lazer e insegurança urbana, os parques assumem usos e funções diversificados.

Pode-se traçar um paralelo entre as características assumidas pelos parques brasileiros que acabaram adotando e incorporando, com algumas adaptações e/ou particularidades, tendências, estilos, desenhos, tipos de usos, dos parques internacionais com uma defasagem de tempo.

Foram identificados momentos de declínio de uso e de renascimento dos parques urbanos. O uso ou desuso de um determinado espaço está diretamente relacionado com o contexto socioeconômico daquele lugar e época na história, a qualidade do espaço, o atendimento das necessidades dos potenciais usuários, ou seja, uma série de fatores condicionam a sua utilização. A partir do desuso dos espaços urbanos desenvolveram-se estudos voltados para a necessidade dos usuários que contribuem na formulação de projetos de novos espaços e reformulação dos existentes. Ficou evidenciada a importância de pesquisas com foco nas expectativas, demandas e necessidades de quem vivencia o espaço público, contribuindo para a melhoria do ambiente urbano. Entende-se que no momento atual novamente precisaremos estudar, junto com os usuários, as necessidades e restrições que teremos aos usos dos espaços públicos, de forma a definir como serão feitas as adaptações necessárias nesse “novo normal” que nos aguarda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEX, S. **Projeto da Praça**: convívio e exclusão no espaço público. 2. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.

ALVES, M. R. da S.; LOPES, W. G. R.; SOUSA, G. de B. Apropriação pelos usuários de espaços públicos em bairros da zona sul da cidade de Teresina/ PI. 2004. In: **ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL**, 7., 2004, Belo Horizonte. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/65682493-Apropriacao-pelos-usuarios-de-espacos-publicos-em-bairros-da-zona-sul-da-cidade-de-teresina-pi.html>>. Acesso em: 30 jun. 2016.



ANDRADE, L. T., JAYME, J. G., ALMEIDA, R. C. Espaços públicos: novas sociabilidades, novos controles. **Cadernos Metrôpole**. São Paulo, v. 21, n. 1, 2009, p. 131-153.

BARAN, P. K. et al. Park Use Among Youth and Adults: Examination of Individual, Social, and Urban Form Factors. **Environment and Behavior**, vol. 46 (6), 2014, p. 768-800.

BARROS, L. X. **Espaço público, entorno e usuário**. A qualidade da relação observada no Parque da Luz, em Florianópolis. 234f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

BEDIMO-RUNG, A. L.; MOWEN, A. J.; COHEN, D. A. The Significance of Parks to Physical Activity and Public Health. **American Journal of Preventive Medicine**, v. 28, n. 2S2, 2005, p. 159-167.

CARNEIRO, A. R. S.; MESQUITA, L. de B. **Espaços Livres do Recife**. Recife: Prefeitura da cidade do Recife/ Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

CHIESURA, A. The role of urban parks for the sustainable city. **Landscape and Urban Planning**, 68, p. 129-138, 2004.

COHEN, D. A. et al. Contribution of Public Parks to Physical Activity. **American Journal of Public Health**, v. 97, n. 3, 2007, p. 509-514.

COHEN, D. A. et al. Parks and physical activity: Why are some parks used more than others? **Preventive Medicine**, v. 50, 2010, p. 9-12.

COOPER-MARCUS, C.; FRANCIS, C. **People Places: design guidelines for urban open space**. New York: Van Nostrand Reinhold, 1990.

CRANZ, G. Changing roles of urban parks: from pleasure garden to open space. **SPUR** newsletter calendar, report 386, June 2000. Disponível em: <<https://www.spur.org/publications/urbanist-article/2000-06-01/changing-roles-urban-parks>>. Acesso em: 30 jun. 2020

CUSTÓDIO, V. et al. Espaços públicos nas cidades brasileiras. **Revista Geográfica de América Central**. Costa Rica, Número Especial EGAL, p. 1-31, set. 2011.

ESCADA, M. I. S. **Utilização de técnicas de sensoriamento remoto para o planejamento de espaços livres urbanos de uso coletivo**. 1992. 122f. Dissertação (Mestrado em Sensoriamento Remoto) – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Secretaria de Ciência e Tecnologia, São José dos Campos, 1992.

EVENSON, K. R. et al. Park characteristics, use, and physical activity: a review of studies using SOPARC (System for Observing Play and Recreation in Communities). **Preventive Medicine**, n. 86, 2016, p. 153-166.

FERMINO, R. et al. Who are the users of Urban Parks? A Study with adults from Curitiba, Brazil. **Journal of Physical Activity and Health**, v. 12, n. 1, 2015, p. 58-67.

FLOYD, M. F. et al. Park-Based Physical Activity Among Children and Adolescents. **American Journal of Preventive Medicine**, v. 41, n. 3, 2011, p. 258-265.

FONTES, N. SHIMBO, I. Proposições de indicadores para análise de disponibilidade de espaços livres públicos de lazer. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE EDIFICAÇÕES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS, 3., 2003, São Paulo. **Anais...** Disponível em: <<https://docplayer.com.br/amp/79913477-Proposicao-de-indicadores-para-analise-de-disponibilidade-de-espacos-livres-publicos-de-lazer.html>>. Acesso em 15 jun. 2020.

FRANCIS, M. **A case study method for landscape architecture**. Landscape Journal, v. 20, n. 1, 2001, p. 15-29.

GARVIN, A. **Public parks: the key to livable communities**. New York/ London: W.W. Norton & Company, 2011.



- GOMES, P. C. da C. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- GOLD, S. Nonuse of Neighborhood parks. **American Institute of Planners Journal**, v.38, issue 6, 1972, p. 369-378.
- GUERALDI, A. C. F.; LUTZ, P. Novas perspectivas para o espaço público em São Paulo: movimentos sociais, poder público e transformações recentes. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DO ESPAÇO PÚBLICO, 1., 2015, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: PUCRS, 2015.
- HARDING, S. Towards a Renaissance in Urban Parks. **Cultural Trends**, v.9, n. 35, p. 1-20, 1999.
- HINO, A. A. F. et al. Using Observational Methods to Evaluate Public Open Spaces and Physical Activity in Brazil. **Journal of Physical Activity and Health**, v. 7, n. 2, 2010, p. 146-154.
- JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades.** 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.
- KLIASS, R. G. **Parques Urbanos de São Paulo.** São Paulo: Pini, 1993.
- LIBERALINO, C. C. Praça: Lugar de Lazer. Relações entre características ambientais e comportamentais na Praça Kalina Maia – Natal RN. 2011. 131f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.
- MACEDO, S. S. Espaços livres. **Paisagem Ambiente: ensaios**, São Paulo, n.7, p. 15-56, jun. 1995
- _____. **Paisagismo brasileiro na virada do século: 1990-2010.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.
- _____. **Quadro do paisagismo no Brasil: 1783-2000.** 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.
- MACEDO, S. S.; SAKATA, F. G. **Parques urbanos no Brasil.** 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.
- MACCORMACK, G. R. et al. Characteristics of urban parks associated with park use and physical activity: a review of qualitative research. **Health & Place**, n.16, 2010, p. 712-726.
- MAGNOLI, M. M. Espaço livre: objeto de trabalho. **Paisagem Ambiente: ensaios**, São Paulo, n.21, p. 175-198, 2006.
- _____. O parque no desenho urbano. **Paisagem Ambiente: ensaios**, São Paulo, n.21, p. 199-213, 2006.
- MASCARÓ, J. L. (Org.). **Infra-estrutura da Paisagem.** Porto Alegre: Masquatro Editora, 2008.
- MEKARI, D. Um parque educador para São Paulo. **Portal do Aprendiz**, 30 jun. 2016. Disponível em: <<http://portal.aprendiz.uol.com.br/2016/06/30/um-parque-educador-para-sao-paulo/>>. Acesso em: 30 jun. 2020.
- MIRANDA, M. M. S. **O papel dos parques urbanos no sistema de espaços livres de Porto Alegre/ RS: uso, forma e apropriação.** 2014. 425f. Tese (Doutorado em Ciências em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Rio de Janeiro, 2014.
- OLIVEIRA, D. S. **Acessibilidade e interação social: comportamento social em face de problemas de mobilidade no Parque Ecológico da Pampulha.** 2013. 192f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.
- OLIVEIRA, L. A.; MASCARÓ, J. J. Análise da qualidade de vida urbana sob a ótica dos espaços públicos de lazer. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 59-69, abr./jun. 2007.
- PANZINI, F. **Projetar a natureza: arquitetura da paisagem e dos jardins desde as origens até a época contemporânea.** São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2013.



PARRA, D. C. et al. Assessing Physical Activity in Public Parks in Brazil Using Systematic Observation. **American Journal of Public Health**, v. 100, n. 8, p. 1420-1426, aug. 2010.

PARQUE, de NY faz marcações no chão para garantir isolamento social; veja. **Uol**, São Paulo, 17 mai. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2020/05/17/parque-de-ny-faz-marcacoes-no-chao-para-garantir-isolamento-social-veja.htm>>. Acesso em: 22 jun. 2020.

PETROSKI, E. L. et al. Estágios de Mudança de comportamento e percepção positiva do ambiente para atividade física em usuários de parque urbano. **Motricidade**. Fundação Técnica e Desportiva do Desporto. v. 5 (2), p. 17-31. 2009.

QUEIROZ, V. M. **Acessibilidade para pessoas com deficiência visual**: uma análise de parques urbanos. 2014. 446f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

RITCHER, E. M. **Percepção Ambiental do Parque urbano integrado Elso Pilau, Município de Giruá – RS**. 2008. 1021f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação da Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SAKATA, F. G. O PARQUE URBANO BRASILEIRO DO SÉCULO XXI. **Periódico Técnico e Científico Cidades Verdes**, [S.l.], v. 3, n. 7, ago. 2015. Disponível em: <https://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/cidades_verdes/article/view/973>. Acesso em: 30 jun. 2020.

SANTANA, T. C. **Uma reflexão sobre a vitalidade urbana das praças de Natal/ RN**. 2015. 305 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

SCALISE, W. Parques urbanos: evolução, projeto, funções e uso. **Assentamentos Humanos**, Marília, v. 4, n. 1, p. 17-24, 2002.

SCOCUGLIA, J. B. C. O Parc de La Tête d'Or: patrimônio, referência espacial e lugar de sociabilidade. **Arquitextos**, São Paulo, ano 10, n. 113.03, Vitruvius, out. 2009. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10,113/20>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

SEGAWA, H. **Ao amor do público**: jardins no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, 1996.

SHERER, P. M. **The benefits of parks: why America needs more city parks and open space**. The Trust for Public Land. White Paper (2006). Disponível em: <http://www.eastshorepark.org/benefits_of_parks%20tpl.pdf>. Acesso em 30 jun. 2020.

SILVA, G. C.; LOPES, W. G. R.; LOPES, J. B. Evolução, mudança de usos e apropriação de espaços públicos em áreas centrais. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, n.11, p. 197-212, jul./set. 2011.

TEIXEIRA, R. S. **Análise da apropriação pelos usuários de parques urbanos**: estudo de casos na Bacia da Pampulha - Belo Horizonte, MG. 2007. 127 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Florestal) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Florestal, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2007.

TRINDADE, M. L. R. D. **Avaliação pós-ocupação do Parque Jardim dos Namorados, Salvador / BA**. 2007. 196f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental Urbana, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

VIEGAS, C. C. L.; SILVA, E. A. R. da; ELALI, G. A. Um Oásis Urbano: Dois Estudos das Interações Pessoa-Ambiente na Praça Kalina Maia, Natal/ RN. **Psico**, v. 45, n. 3, p. 305-315, jul./ set. 2014.